

COMISSÃO LOCAL DE FACILITAÇÃO DE COMÉRCIO NA ALFÂNDEGA DE VIRACOPOS – COLFAC

3ª REUNIÃO DA COLFAC

ATA

05/02/2019, TERÇA-FEIRA, 10h

Auditório da RFB na Alfândega de Viracopos

Participantes:

Antonio Andrade Leal	RFB - Delegado – MEMBRO TITULAR
Camilo Pinheiro Cremonez	RFB - Delegado Adjunto – MEMBRO SUPLENTE
Cristina Q.A.Fais	ANVISA – MEMBRO TITULAR
Yunes Eiras Baptista	ANVISA – MEMBRO SUPLENTE
Adriano Perreli P. de Castro	VIGIAGRO – MEMBRO TITULAR
Ricardo Augusto Luize	ABV-Gerente de Op. de Carga
Edison Grantto	Grupo Libra
Cristiano R.Ramos	Coordenador de Importação
Elson F. Isayama	SINDASP
Anselmo Riso	CIESP- Diretor de Comércio Exterior
Marcia Molinari	CIESP - Gerente de Comércio Exterior
Rafael Marchi	CIESP - Coordenador de Comércio Exterior

Os demais participantes constam da lista anexa a esta.

TEMAS RELACIONADOS AOS DEPOSITÁRIOS

1 – Proposta para apresentação do AWB: minuta apresentada pelos três recintos (em anexo)

- Alterar o parágrafo 3º do artigo 19 da INSRF 680/2006- apresentação digital dos documentos instrutivos do despacho em canal diferente de verde: o documento já consta do dossiê.
- Os depositários afirmam que a exigência da apresentação física do documento original é um entrave, pois não se sabe se os documentos apresentados são realmente originais. A ideia é aceitar uma cópia do documento original ou exigir que o representante do importador traga documento digitalizado com assinatura digital. O depositário receberia este documento para retirada física da carga. As companhias aéreas estão aplicando a digitalização e assinatura digital dos documentos.
- O Delegado da ALF/VCP pediu a palavra para esclarecer que esta situação é de disciplina entre o depositário e o proprietário da carga.
- O representante do Grupo Libra, Sr. Edison, solicitou ajuda para melhor analisar esta questão e avaliar este assunto junto aos demais depositários.

- O CIESP sugeriu fundamentar o requerimento deste caso na Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018.

Encaminhamentos:

- Solicitou-se deixar este item em aberto.

2 – Tempestividade nos relatórios disponíveis, no site da RFB, de movimentação e tempo de despacho aduaneiro

- O Delegado Adjunto da ALF/VCP informou que já identificou quem é o responsável, que vai encaminhar mensagem e solicitar atualização.

3 – Etiquetagem.

- Depositário levantou a questão se é possível ou não a etiquetagem antes ou depois da nacionalização. Anvisa asseverou que etiquetagem é modelo de produção, não pode acontecer em área alfandegada.

TEMAS RELACIONADOS À RFB

4 – Número de servidores envolvidos no processo de impo/expo e número ideal.

- O representante da ABV sugeriu a necessidade de uma visão nacional do tempo de despacho, para que se possa analisar se a unidade está sobrecarregada em relação à distribuição/análise de DI's por fiscal.
- O Delegado Adjunto da ALF/VCP afirmou que a unidade está atualmente com a lotação menor do que a ideal, porém os indicadores do despacho demonstram que o trabalho tem sido eficiente. Lembrou que a inspeção promovida pela legislação da ANAC em áreas restritas tem trazido maiores dificuldades nesta questão e aduziu que a quebra de jurisdição irá ajudar também neste aspecto.
- O representante do CIESP sugeriu padronização nacional de procedimentos.
- A Anvisa colocou a questão dos sistemas de informação pelos quais a fiscalização passará no futuro.
- O Delegado Adjunto da ALF/VCP leu nota acerca dos prejuízos que a ANAC está causando para a Receita.
- O representante da CIESP, Sr. Anselmo, comentou acerca das medidas da ANAC e informou já ter encaminhado documentos à Casa Civil para apreciação desta questão, uma vez que este fato está prejudicando as indústrias (documento acompanhado do histórico das declarações de importação).
- A Anvisa apresentou sugestões na legislação quanto ao tema: Decreto 8.903/2016 e dispositivos da Lei de Segurança Nacional.

5 – Mercadorias em abandono ou perdimento: agilizar processos de destinação processo de impo/expo e número ideal.

- O representante dos depositários afirmou que a maior quantidade de mercadorias em abandono ainda não tem os correspondentes autos de infração e eles precisam de espaço para cargas hoje tomados pelas cargas em abandono.

Encaminhamentos: O Sr. Capanelli (RFB) sugeriu reunião com os depositários para análise de procedimentos.

TEMAS RELACIONADOS À VIGIAGRO

6 – Fiscalização de embalagens e suportes de madeira (Vigiagro)

- O Auditor Chefe da Vigiagro fez exposição acerca das Instruções Normativas nºs 32/2015 e 39/2017. Explicou acerca da Lei nº 12.715/2012 e trouxe a quantidade de casos de madeiras não conformes devolvidas ao exterior. As madeiras com presença de praga ou indícios de praga são devolvidas. Os itens 3.6 e 3.9 da Instrução Normativa 39/2017 determinam que a intimação seja feita pela RFB.
- Avaliação da legalidade e tratamento em separado (mercadoria e embalagem). Detectando a não conformidade é pedida a desvinculação da carga, mas a quantidade é muito grande: mais ou menos 50 casos por dia.
- A situação tem muitas particularidades. Intimação prévia. Fazer um documento para ter autorização específica. A devolução teria caráter sancionatório, a dissociação seria um adicional, entretanto, não traria prejuízos à questão fitossanitária. Seria interessante reforçar a necessidade de dissociação.
- O representante da CIESP solicitou o cumprimento da legislação visando a desburocratização.

Encaminhamentos: o Delegado da RFB sugeriu uma reunião convocando alguns colegas do despacho para participar e rever em conjunto com os demais esta questão, de forma minuciosa. Reunião entre RFB e Mapa será realizada daqui a 15 dias.